

LEI Nº.280/97, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1997.

“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Queimados para o exercício de 1998”.

Faço saber que a Câmara Municipal de Queimados APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. - O orçamento do Município de Queimados, para o exercício de 1998 estima a RECEITA em R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) e fixa a DESPESA em igual importância.

Art. 2º. - A RECEITA será realizada com base no produto de que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o seguinte desdobramento:

1.1	- RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária		R\$ 1.980.000,00
Receita Patrimonial		R\$ 5.000,00
Transferências Correntes		R\$ 15.866.000,00
Outras Receitas Correntes		R\$ 1.148.000,00
1.2	- RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens		R\$ 1.000,00
	TOTAL GERAL	R\$ 19.000.000,00

Art. 3º. - A Despesa está fixada com a seguinte distribuição:

A - DESPESA POR FUNÇÕES:

01 - LEGISLATIVA	R\$ 2.052.000,00
03 - ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO	R\$ 5.173.200,00
04 - AGRICULTURA	R\$ 4.000,00
08 - EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 4.157.000,00
10 - HABITAÇÃO E URBANISMO	R\$ 2.189.000,00
13 - SAÚDE E SANEAMENTO	R\$ 3.663.300,00
14 - TRABALHO	R\$ 50.000,00
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	R\$ 251.500,00
16 - TRANSPORTE	R\$ 1.460.000,00
	TOTAL GERAL R\$ 19.000.000,00

B - DESPESAS POR PODERES E ÓRGÃOS

PODER LEGISLATIVO

01 - Câmara Municipal R\$ 2.052.000,00

PODER EXECUTIVO

02 - Gabinete do Prefeito R\$ 610.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração R\$ 4.168.500,00

04 - Secretaria Municipal de Economia e Finanças R\$ 655.200,00

05 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos R\$ 3.628.300,00

06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto R\$ 2.257.000,00

07 - Secretaria Municipal de Saúde	R\$	275.000,00
08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	R\$	4.000,00
09 - Procuradoria Geral do Município	R\$	36.000,00
10 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente	R\$	284.000,00
11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	R\$	5.000,00
12 - Secretaria Municipal de Transporte	R\$	50.000,00
13 - Fundo Municipal de Saúde	R\$	3.075.000,00
14 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	R\$	1.900.000,00
TOTAL GERAL	R\$	19.000.000,00

Art. 4º. - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 7º. da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares:

I-Que não alterem o valor total da dotação atribuída a cada Programa de Trabalho;

II- Destinados a suprir insuficiência nas dotações de despesas de pessoal e encargos.

Art. 5º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar medidas necessárias para promover a redistribuição de saldos de dotações consignadas às unidades orçamentárias e aos respectivos programas de trabalhos, em virtude de alteração na estrutura organizacional ou na competência legal ou regimental de organismos da Administração Direta, Indireta ou de Fundação instituída pelo Poder Público.

Art. 6º. - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar as medidas necessárias para manter na sua execução os dispêndios compatíveis com o efetivo comportamento da receita a fim de manter o equilíbrio orçamentário.

Art. 7º. - Fica o Poder Legislativo autorizado a alterar o quadro de detalhamento de seu orçamento, atendido o limite a ele destinado.

Art. 8º. - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º. de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

AZAIR RAMOS DA SILVA
Prefeito Municipal